



**A AVALIAÇÃO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM SALA DE AULA - SUCESSO NO
ENSINO- APRENDIZAGEM**

**EVALUATION AND PEDAGOGICAL PRACTICE IN THE CLASSROOM -
SUCCESS IN TEACHING-LEARNING**

NUNES, Kely de Fátima de Oliveira¹
ALMEIDA, Maria Teresa Sampaio²

RESUMO

O presente artigo objetivou identificar a avaliação e a prática pedagógica em sala de aula relacionada ao ensino na Escola Municipal Afonso Novais Pinto, localizada em Paracatu - MG, bem como as expectativas em relação aos desafios encontrados pelos professores relacionados à avaliação. Nesse sentido, a presente pesquisa faz uma breve análise sobre o desígnio subjacente à avaliação como um requisito para a aprendizagem. Para tanto, foram empregados teses, livros, dissertações e artigos que abordavam o tema: “A avaliação e a prática pedagógica em sala de aula - Sucesso no ensino- aprendizagem”. Para a realização deste projeto, optou-se pela investigação com um grupo de professores, com emprego de uma pesquisa qualitativa do tipo descritivo, os dados foram coletados através de questionário com 15 professores. As respostas foram analisadas através da análise de conteúdo. Os resultados do estudo mostram que as avaliações se integram numa perspectiva em analisar o progresso do aprendizado do aluno. As percepções dos professores determinam que a avaliação represente uma perspectiva única, um ponto de vista particular, visto que todo o processo avaliativo se centra na questão em identificar se os estudantes possuem um domínio específico de conhecimentos.

Palavras-chave: Ensino e aprendizagem. Avaliação. Prática pedagógica.

ABSTRACT

The present article aimed to identify the evaluation and pedagogical practice in the classroom related to teaching at the Afonso Novais Pinto Municipal School, located in

¹ Graduação – Faculdade Finom – Curso de Pedagogia – 2012. Pós-Graduação em Supervisão Escolar Faculdade Finom. Pós graduação em Educação Infantil Universidade Federal de Uberlândia MG. Mestrado em Educação com especialização em Formação de Professores Universidade FUNIBER 2023. e-mail – Kely123geralda@gmail.com

² Graduação – Universidade de Taubaté – Curso de Secretário Executivo – 1988. Graduação - Universidade Metodista de São Paulo - Licenciatura em Letras - Português/Espanhol – 2013. Pós-Graduação – UNITAU – Universidade de Taubaté – Gramática e Uso – 2016. Pós-Graduação – FACON – Faculdade de Conchas – Neuropsicopedagogia – 2019. e-mail – matete@uol.com.br

Paracatu - MG, as well as the expectations regarding the challenges faced by teachers related to assessment. In consequence, the present research provides a brief analysis of the purpose of assessment as a requirement for learning. To achieve this, theses, books, dissertations, and articles that addressed the theme "Assessment and pedagogical practice in the classroom - Success in teaching and learning" were employed. For the realization of this project, the investigation that was carried out with a group of teachers, using a descriptive qualitative research approach. The data were collected through a questionnaire administered to 15 teachers. The responses were analyzed through content analysis. The results of the study show that assessments are integrated from a perspective of analyzing students' learning progress. The teachers' perceptions determine that assessment represents a unique perspective, a particular point of view, since the entire evaluative process focuses on the question of identifying whether students have a specific domain of knowledge.

Keywords - Teaching and learning. Assessment. Pedagogical practice.

1. INTRODUÇÃO

No contexto ofertado por uma educação de excelência, a avaliação do setor educacional emerge como um componente intrínseco e essencial em todas as fases do processo educacional, que se desenrola por meio de uma constante interação entre ação e reflexão em todos os âmbitos. É dentro desse contexto que a pesquisa busca compreender as atividades escolares como elementos fundamentais para o desenvolvimento das pessoas, sendo a avaliação um instrumento crucial nesse trajeto. Muito se tem discutido, recentemente, acerca dos métodos de avaliar e, se revela indispensável em todas as esferas da atividade humana; estamos constantemente avaliando nossos comportamentos cotidianos, nossa situação sociopolítica, financeira e religiosa, com o intuito de aprimorar nossa existência.

Este artigo tem por objetivo primordial deste estudo consiste em analisar o propósito subjacente à avaliação como um requisito para a aprendizagem, identificando suas premissas e implicações. Além disso, visa compreender o papel da avaliação e suas diversas manifestações. Os objetivos específicos delineiam os métodos de avaliação empregados nas práticas pedagógicas no contexto do processo de ensino e aprendizagem escolar. Esses objetivos incluem a identificação das

dificuldades enfrentadas pelos educadores no processo de avaliação e a formulação de recomendações para aprimorar a avaliação, fortalecendo sua ligação com a prática pedagógica e o êxito na sala de aula.

Muito se discute a importância de abandonar a adoção de verdades absolutas e inquestionáveis; ao contrário, devemos assegurar que nossa atuação esteja sempre voltada para a promoção de mudanças sociais. Observando o cenário, isso exige uma compreensão clara de nossas ações, de modo que estas reflitam escolhas cada vez mais deliberadas em relação à nossa prática pedagógica.

A abordagem metodológica selecionada envolve pesquisa bibliográfica em obras que abordam a problemática em questão, bem como pesquisa de campo conduzida na Escola Municipal Afonso Novais Pinto. A avaliação da aprendizagem no contexto escolar brasileiro está vinculada a uma pedagogia que atende a um modelo social hegemônico, que pode ser caracterizado como conservador e liberal. No entanto, segundo a pesquisa, isso não implica a aceitação acrítica de tudo que é proposto pelo estudante. Em vez disso, a acolhida se manifesta como a capacidade de criar um espaço para o diálogo, o qual naturalmente dará lugar a confrontações que podem envolver aceitação, negociação ou redirecionamento.

Desse modo, a recusa limita as oportunidades de um diálogo eficaz, comprometendo, conseqüentemente, uma avaliação bem conduzida à prática pedagógica em sala de aula no ensino- aprendizagem traz possibilidades educacionais. Tendo em vista que o ato de acolher e avaliar se revela como uma expressão de afeto, abrindo caminho para uma avaliação das possibilidades e ações a serem adotadas.

2. A AVALIAÇÃO E O PAPEL DA ESCOLA

As evoluções dos processos avaliativos estão direcionadas a disposição para o acolhimento reside no avaliador, e não no objeto da avaliação. O avaliador pode-se destacar na relação de avaliação, deve carregar essa predisposição. Ele é o portador

dessa atitude essencial. Sem ela, a avaliação não pode ocorrer, não é viável avaliar um objeto, uma pessoa ou uma ação se forem rejeitados, excluídos desde o início ou prejudgados. A maneira pela qual a escola conduz a avaliação reflete a visão de educação que ela valoriza. Essa prática deve ser capaz de avaliar o valor do aluno e permitir seu crescimento como parte integrante da comunidade. Apesar de mais de um século ter transcorrido, a materialização de uma escola democrática no Brasil ainda está pendente. A narrativa da alfabetização no Brasil, sobretudo nas escolas públicas, se entrelaça com a história do insucesso educacional.

Na busca por uma solução duradoura, diversos métodos foram concebidos e, a cada instante, surge uma nova abordagem. Da síntese à análise, da letra ao texto, vários pontos de partida foram explorados, porém nenhum método conseguiu conduzir todos os alunos até o destino desejado, deixando, assim, alguns educandos pelo caminho. Alguns retomaram a jornada, enquanto muitos desistiram ou foram levados a fazê-lo (PLANA Q. CARPENTIER, 2018).

O desejo subjacente é uma melhoria na qualidade de vida, no contexto deste texto, entendo e exponho a avaliação da aprendizagem como um recurso pedagógico útil e necessário para auxiliar cada educador e aluno na busca e construção de sua própria identidade e modo de ser mais autêntico na vida. A avaliação da aprendizagem não deve mais ser o ditador absoluto da prática educacional, impondo ameaças e submissões a todos. É crucial não confundir avaliação da aprendizagem com exames. A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é compreensiva, inclusiva, dinâmica e construtiva; diferentemente dos exames, que são desprovidos de compaixão, excludentes, não construtivos, mas meramente classificatórios. A avaliação acolhe e integra, enquanto os exames selecionam, excluem e marginalizam.

Nos próximos trechos, apresento aos leitores alguns conceitos fundamentais para compreender e aplicar a avaliação da aprendizagem como uma forma de avaliação, e não erroneamente como exames. Acolher o estudante é a base para conduzir atividades de avaliação, bem como para orientar todas as práticas

educacionais. Sem acolhimento, surge à recusa, e essa recusa impede a criação de um vínculo educativo com aqueles que estão sendo rejeitados.

Nesse contexto, entende-se que o progresso dos fundamentos científicos, a criança passou a ser reconhecida como um indivíduo autônomo, o que desencadeou uma proliferação de estudos sobre a relevância da reflexão acerca da Educação Infantil de maneira mais específica. No século XIX, foram instituídos sistemas nacionais de ensino. A alfabetização, conforme observado por Soares (2018), emerge como um dos pilares da educação programada, à medida que os estados nacionais reconhecem a necessidade de formar cidadãos. Por enfatizar, a partir desse momento, surgem escolas públicas voltadas para a instrução em larga escala da leitura e escrita. Anteriormente, essa responsabilidade estava nas mãos da Igreja, no âmbito da doutrinação e disseminação da fé religiosa (Nóvoa, 2018).

Assim, pode-se afirmar que a evolução sócia histórica do ser humano também implicou em uma transformação no conceito de alfabetização. À medida que escolas, alunos, professores, conteúdos e a sociedade foram alterados, a alfabetização também se adaptou às novas exigências. Nas origens da escola enquanto instituição secular e pública, a alfabetização envolvia a maestria do código da escrita através da compreensão das grafias e da sonorização de suas combinações (Soares, 2018).

Todavia, é relevante enfatizar nossa defesa da importância da formação continuada como um espaço diversificado, que promova diálogos e não seja um domínio autoritário da teoria, onde uma única voz prevaleça, detendo assim o poder da palavra. Nossa crença reside na construção do conhecimento através da reflexão sobre a prática, não apenas em relação ao que os professores deveriam ou não fazer, mas sim com base no que eles realmente são e realizam (PLANA Q. CARPENTIER, 2018). Trata-se de uma perspectiva de formação que visa ampliar a dimensão social inerente ao processo educacional, ao dar voz aos professores e reafirmar que é por meio do exercício de reflexão singular e compartilhada que eles encontrarão os meios para o desenvolvimento profissional (NÓVOA, 2018).

Nesse cenário, já no início do século XX, começou-se a perceber que a leitura e a escrita são processos cognitivos. A partir desse entendimento, a alfabetização passou a ser considerada como o desenvolvimento de habilidades de comunicação para o uso da linguagem escrita. A concepção de linguagem voltou-se para o uso da língua como ferramenta de comunicação, um código utilizado para transmitir mensagens e moldar nossos pensamentos (NÓVOA, 2018).

O modo como a escola conduz a avaliação reflete a visão de educação que ela valoriza. Essa prática deve ser capaz de julgar o valor do aluno e permitir que ele cresça como indivíduo integrado em uma comunidade. No entanto, a concretização de uma escola democrática no Brasil, passados mais de um século, ainda não se efetivou. A história da alfabetização brasileira, especialmente nas escolas públicas, se entrelaça com a narrativa de fracasso educacional. Diante dessa realidade, diversos métodos foram criados na busca por uma solução definitiva, originando a cada momento, novas abordagens. Do processo sintético à análise, da decodificação das letras à interpretação de textos, houve múltiplos pontos de partida, mas nenhum deles conseguiu conduzir todos os alunos ao destino desejado, resultando, portanto, em alguns educandos sendo abandonados. Alguns tentaram novamente, enquanto muitos desistiram ou foram levados a desistir (PLANA Q. CARPENTIER, 2018).

3. PROCEDIMENTOS DE ENSINO

Outra importante discussão, para além da definição tradicional que engloba as competências de leitura, escrita e cálculo, a literacia contemporânea compreende a habilidade de identificar, compreender, interpretar, criar e comunicar num mundo cada vez mais digital, onde o texto é central, a informação é vasta e a mudança é constante. Entretanto, em âmbito global, há ainda pelo menos 773 milhões de jovens e adultos incapazes de ler ou escrever, e 250 milhões de crianças lutam para adquirir habilidades básicas em numeração e alfabetização. Isso resulta na exclusão de

indivíduos com níveis educacionais e qualificações limitadas, que enfrentam desafios ao integrar-se plenamente em suas comunidades e contextos sociais.

Desde o nascimento, principalmente nas áreas urbanas, as crianças interagem com ambientes letrados, desenvolvendo noções sobre a linguagem escrita através de experiências práticas (MORTATTI, 2018). A abordagem parte do princípio de que o conhecimento das habilidades da criança antes de ingressar na escola deve ser a base para o processo de alfabetização. É reconhecido que as crianças não são indiferentes aos elementos culturais (NÓVOA, 2018). São as experiências que sintonizam a criança com o mundo da escrita, gerando apreço pela linguagem escrita, motivando o aprendizado e até mesmo iniciativas iniciais de leitura e escrita. Essas experiências destacam que aprender a linguagem escrita é mais do que colecionar letras ou seguir versos, mas sim um complexo entrelaçamento de diferentes processos cognitivos; uma implicação a ser ativada por questionamentos, conquistas e reflexões linguísticas, ultrapassando a estreita dimensão da leitura e escrita e expandindo as possibilidades de interação discursiva (FERREIRO, 2018).

As implicações dessa abordagem culminaram em falhas escolares, visto que, de um lado, os alunos mais valorizados eram frequentemente provenientes das classes menos privilegiadas, tendo experiências limitadas em leitura e escrita e, portanto, não compartilhavam o mesmo incentivo e conhecimento de colegas provenientes de famílias mais letradas (FERREIRO 2018). Por outro lado, a abordagem subestimava aqueles que já compreendiam o aspecto comunicativo da linguagem, submetendo-os a práticas mecânicas e artificiais que enfatizavam a repetição de sons e exercícios silábicos (NÓVOA, 2018). No contexto do aprendizado da linguagem escrita, experiências cognitivamente relevantes e afetivamente significativas, como ouvir histórias dos pais, receber convites ou manter conversas, desempenham um papel decisivo no processo de alfabetização. Isso abre caminho para que as trajetórias de aprendizado informal possam ser entendidas e, posteriormente, integradas, exploradas e ampliadas pela escola (NÓVOA, 2018).

Nos dias atuais, os métodos de avaliação priorizam o indivíduo. As práticas sociais da linguagem enfatizam a importância da socialização do aluno, bem como o domínio da linguagem escrita. Para isso, é essencial aplicar essas práticas em situações reais, a fim de usar o ensino e aplicar o que é aprendido na escola e na sociedade para resolver desafios cotidianos (MORTATTI, 2018).

Exploramos nas seções anteriores que as práticas sociais têm suas raízes no termo do latim "prática", que significa agir de acordo com regras, e no termo "social", que provém do latim "socialis" e abarca noções de companheirismo, compartilhamento e interação social. Portanto, as práticas sociais são formas de interação social que ocorrem em contextos específicos com regras e características compartilhadas. As práticas sociais de linguagem funcionam como guias ou padrões de interação que moldam a produção e interpretação de textos falados e escritos. Ao incentivar o uso constante da linguagem, o objetivo é permitir que os alunos desenvolvessem continuamente suas habilidades de leitura e escrita. Nesse sentido, as práticas sociais da linguagem englobam as várias maneiras pelas quais a linguagem se manifesta socialmente, seja na forma oral ou escrita.

Com o avanço da educação, a criança passou a ser vista como um sujeito autônomo, resultando na proliferação de estudos sobre a importância da reflexão na educação infantil, de maneira mais específica. No século XIX, surgiram os sistemas nacionais de ensino. A alfabetização, segundo Soares (2018), emergiu como um dos pilares da educação programada, quando os estados nacionais reconheceram a necessidade de formar cidadãos. Isso levou ao estabelecimento de escolas públicas voltadas para o ensino em larga escala de leitura e escrita. Anteriormente, essa responsabilidade era da Igreja, que a assumia como parte do processo de doutrinação e disseminação da fé religiosa (NÓVOA, 2018).

Atualmente, a UNESCO tem liderado os esforços globais de alfabetização desde 1946, promovendo a visão de um mundo onde a habilidade de leitura e escrita seja universal. A organização considera a aquisição e o desenvolvimento contínuo das habilidades de alfabetização como um componente intrínseco do direito à

educação. O "efeito multiplicador" da alfabetização empodera as pessoas, permitindo-lhes participar plenamente na sociedade e contribuir para uma melhor qualidade de vida. Além disso, a alfabetização é um impulsionador do desenvolvimento sustentável, uma vez que possibilita maior participação no mercado de trabalho, melhora a saúde e nutrição das crianças e das famílias, reduz a pobreza e expande as oportunidades de desenvolvimento ao longo da vida (NÓVOA, 2018).

Os próprios métodos de avaliação que são empregados trazem consigo ideias específicas sobre como o conhecimento pode ser precisamente identificado. A suposta objetividade de alguns instrumentos, como testes de múltipla escolha e listas de verificação, é questionável, uma vez que esses instrumentos são desenvolvidos com base em prioridades e concepções pedagógicas e epistemológicas particulares. Eles são moldados e influenciados pelas perspectivas dos indivíduos que os criaram. Além disso, ao aceitarmos seu formato, estamos assumindo que marcar uma opção em espaços vazios pode calibrar ou fornecer uma medida precisa do aprendizado do indivíduo (FERREIRO, 2018).

4. AVALIAÇÕES NA ESCOLA

Devemos estar atentos para evitar que, durante a implementação de uma avaliação, ela seja influenciada por interesses minoritários mais poderosos que, devido às dinâmicas sociais, possam distorcer a experiência escolar a seu favor, mesmo que o educador perceba. Propomos que a avaliação seja concebida como uma ferramenta de auxílio para que o aluno continue aprimorando sua aprendizagem de forma mais eficaz (SOARES, 2018).

Da mesma maneira, a avaliação que se baseia em exercícios vazios de significado real, repletos de jargões técnicos a serem memorizados, tende a desfavorecer ainda mais os estudantes provenientes de setores de baixa renda, cujos recursos são limitados, cujas casas carecem de livros ou revistas e que, por essas e

outras razões, enfrentam maiores dificuldades em lidar com um ensino pouco relevante e repleto de convenções desconhecidas (MORTATTI, 2018).

Vale destacar que, a noção de "avaliação diagnóstica" frequentemente cai em uma armadilha. Mas o que exatamente significa avaliação diagnóstica? Parece ser algo simples: entender os alunos. Portanto, argumenta-se que, antes do início de um novo tópico, é necessário compreender as ideias prévias das crianças sobre o assunto e as habilidades que elas já possuem, para assim construir a partir dessas bases. No entanto, ao explorarmos essas recomendações que parecem positivas e essenciais à primeira vista, começamos a vislumbrar suas complexidades, o que requer uma exploração mais aprofundada (SOARES, 2018).

Nesse contexto, é sugerido que o professor busque conhecer seus alunos não tanto por meio de testes e questionários, mas principalmente por meio de interações diárias em situações abertas ao longo do ano letivo. Além disso, torna-se cada vez mais impraticável realizar um diagnóstico completo antes de iniciar cada tópico. A ênfase dada à ideia de que os alunos trazem "ideias prévias" que influenciam sua aprendizagem tem levado a demandas por identificar essas ideias antes de cada aula, o que pode intensificar a rigidez, o formalismo e o controle na sala de aula. No entanto, isso é levantado como um desafio sério e impraticável (FERREIRO 2018).

Diante desse percurso histórico, a confiança do professor em seus conhecimentos e práticas dentro dos contextos educacionais é de suma importância para garantir a qualidade do ensino e o progresso do aprendizado dos alunos. Professores que têm alta autoconfiança e acreditam em sua eficácia pessoal estarão mais empenhados em promover a aprendizagem dos alunos, esperando o melhor deles. Em contrapartida, professores que duvidam de suas habilidades e são influenciados por percepções negativas do processo educacional e dos alunos podem minar a motivação intrínseca e extrínseca desses últimos, conforme argumentado por Da Costa e De Assis (2019).

As contínuas modificações, mesmo que seja atribuído algum trabalho inovador durante o período, se sua contribuição para a nota final for pequena em

comparação com exames e questionários, ainda assim transmitirá uma mensagem significativa de que a repetição e a cópia são aspectos importantes. A avaliação desempenha um papel crucial na definição do que é considerado valioso na escola, uma vez que envolve a decisão dos alunos de avançar para o próximo ano letivo ou não, frequentemente colocando-os em uma hierarquia de qualificações, com potenciais implicações para o futuro (SOARES, 2018).

Se o professor deseja orientar os alunos em direção a uma aprendizagem profunda, raciocínio crítico das evidências, aplicação prática do conhecimento adquirido e avaliação bem embasada, então são exatamente isso que deve ser avaliado.

A revisão das formas de avaliação e de seus conteúdos contribui significativamente para a compreensão dos valores que estão em jogo, os quais realmente são incorporados na prática pedagógica. A avaliação desempenha múltiplas funções sociais. Na escola, seus objetivos não se limitam apenas aos propósitos declarados pelos professores, nem mesmo aos propósitos expressos pela Constituição e pelas leis. Dentro desse cenário complexo, os propósitos declarados e não declarados de diversos setores e classes sociais convergem e se manifestam na instituição escolar, assim como em outras esferas da sociedade.

As vertentes qualitativas do processo de avaliação, nesses interesses podem exercer uma influência especialmente forte, devido às implicações envolvidas. A discriminação, a justificação das desigualdades e o controle sobre os menos privilegiados tendem a se manifestar de maneira acentuada nesse momento. Não se trata de um plano malicioso, mas de uma sequência de pressões, ideologias e ações que se desenvolvem ao longo do tempo.

Dessa forma, a avaliação que se baseia em atividades destituídas de significado reais, altamente academicizadas e repletas de terminologia técnica a ser memorizada, tende a agravar ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos alunos provenientes de famílias de baixa renda, cujos pais podem não ter recursos para ajudá-los nos estudos e cujos lares podem carecer de livros ou periódicos. Por

consequência, esses alunos enfrentam maiores desafios ao lidar com um modelo de ensino pouco relevante, repleto de convenções com as quais têm pouca familiaridade.

Por fim, o fracasso, muitas vezes impulsionado por uma complexa combinação de circunstâncias sociais e escolares, é frequentemente usado como justificativa para a evasão precoce do sistema educacional. A narrativa atribui a culpa à criança, considerando-a responsável por não ter alcançado os padrões mínimos da escola. A atual função da escola em nossa sociedade, lamentavelmente, parece ser a de perpetuar o fracasso. Mecanismos complexos e interligados trabalham contra o potencial das crianças, especialmente aquelas provenientes das camadas populares e ainda com auxílio da autoeficácia docente.

5. AUTO-EFICÁCIA DOCENTE

As complexas exigências provenientes do ambiente escolar, das políticas educacionais e da sociedade como um todo exercem um impacto significativo sobre a autoeficácia dos professores e suas capacidades para promover a aprendizagem dos alunos e manter um compromisso dedicado ao seu ofício. Como resultado, há um extenso histórico de estudos que se esforçaram para elucidar a realidade educacional por meio do conceito de autoeficácia, abrangendo quase três décadas, destacando seu papel crucial no comportamento humano e, conseqüentemente, na prática pedagógica (BANDURA, 2004). A complexidade e natureza evasiva do construto de autoeficácia do professor impulsionaram um interesse substancial tanto em sua exploração teórica quanto em abordagens metodológicas (MORTATTI, 2018).

Surge, então, a questão sobre o significado de diagnosticar precocemente aos não alfabetizados nesse contexto. Até que ponto os alunos que recebem esse diagnóstico são verdadeiramente compreendidos? Suas ideias, conhecimentos, habilidades, recursos, interesses e potenciais são levados em consideração? (MORTATTI, 2018).

Outra importante discussão são as contribuições significativas vêm da perspectiva de Bruce e Ross (2008), os quais concebem a eficácia do professor como

uma expectativa que estimula o aprendizado dos alunos. Outros enfoques consideram a autoeficácia do professor como a capacidade de executar tarefas de ensino com êxito, relacionando esse sentimento à habilidade dos professores em criar um ambiente propício à aprendizagem. Para compreender de maneira completa o conceito de autoeficácia do professor, é fundamental considerar os elementos e fatores associados a essa percepção.

Nas etapas iniciais de desenvolvimento do conceito, havia uma falta de clareza nos limites entre as contribuições de Rotter (1966) e Bandura (2004). Essa confusão resultou em dificuldades substanciais na compreensão e mensuração do construto. Essas dificuldades persistiram até a década de 90, embora a pesquisa tenha cada vez mais adotado os princípios de Bandura (2004), buscando construir medidas válidas e confiáveis, ainda que sujeitas a críticas.

Estudos pioneiros reconheceram a eficácia do professor como uma variável explanatória de ampla abrangência, uma vez que demonstrou efeitos positivos na consecução de metas, no desempenho dos alunos e na adaptação e comprometimento dos professores diante das demandas das políticas educacionais, como indicado por Da Costa e De Assis (2019).

6. METODOLOGIA

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, que visa à conexão entre teoria e observações, por meio da descrição e interpretação de situações isoladas ou singulares, enfatizando a compreensão das interações entre contexto e ação (método indutivo), de acordo com Gil (2018). A seleção do método indutivo se justifica pelo fato de a pesquisadora se envolver no ambiente de pesquisa, dialogar com os professores, capturar suas perspectivas e analisar suas declarações para iluminar o problema investigado, que é a compreensão dos atuais processos de avaliação na instituição.

A coleta de dados será realizada por meio da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo na Escola Municipal Afonso Novais Pinto, localizada em Paracatu - MG. A pesquisa bibliográfica abrangerá fontes recentes, para examinar a avaliação como um elemento da aprendizagem, explorando suas premissas e suas implicações; entender o impacto da avaliação na prática pedagógica e no sucesso do aprendizado em sala de aula. Durante a revisão desses artigos relevantes, inicialmente serão considerados os títulos, os resumos e serão aplicados critérios de inclusão e exclusão. Serão selecionados artigos, teses, livros e monografias em português, inglês e espanhol, provenientes da literatura da área e que estejam alinhados com os objetivos da pesquisa. Posteriormente, a coleta de dados se dará por meio da administração de um questionário estruturado a cinco professores.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com relação aos principais desafios enfrentados pela avaliação no contexto atual, os professores entrevistados destacam que o retorno às aulas após a pandemia trouxe dificuldades para o progresso da educação. O professor 1 enfatiza que a "lacuna deixada pela pandemia está tendo um impacto significativo nos alunos em relação à assimilação dos conteúdos". O professor 4 concorda e menciona que "após dois anos de pandemia, estamos enfrentando aulas com alunos que apresentam uma grande deficiência de aprendizado. Vejo como um desafio considerável o planejamento de atividades e estratégias metodológicas para uma avaliação diagnóstica que vá além da simples categorização dos níveis de aprendizado".

Todos os professores entrevistados afirmam que o objetivo da avaliação é analisar o progresso do aprendizado do aluno. Cada avaliação representa uma perspectiva única, um ponto de vista particular. A finalidade reside em identificar se os estudantes possuem um domínio específico de conhecimentos, se são competentes em determinados procedimentos e se demonstram suporte a certos valores que são considerados relevantes para a sua valorização (SOARES, 2018).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental entender que qualquer abordagem didática não pode ser avaliada de maneira isolada, pois não reflete completamente a complexa dinâmica de um grupo. Nesse sentido, na Escola Municipal Afonso Novais Pinto, localizada em Paracatu - MG, a avaliação tem um papel multifacetado. Ela não apenas analisa o conhecimento adquirido pelos alunos, mas também serve como parâmetro para ajustes no currículo, buscando constantemente melhorar a qualidade do ensino para proporcionar uma aprendizagem significativa. No entanto, essa escola enfrenta dificuldades no processo avaliativo, agravadas pelo retorno às aulas após a pandemia. A defasagem causada por esse período impactou negativamente o aprendizado dos alunos, resultando em um grande déficit. Isso complica a tarefa de planejar atividades e estratégias metodológicas para uma avaliação diagnóstica que vá além da simples categorização dos níveis de aprendizado.

A abordagem da avaliação no cenário pós-pandêmico precisa transcender a mera verificação e qualificação, pois o risco de julgamentos generalizados é significativo. Uma observação preocupante é que, apesar de os professores relatarem participação em formação continuada, nenhum deles se especializou especificamente na área de avaliação. Portanto, seria benéfico implementar uma formação específica na Escola Municipal Afonso Novais Pinto para aprimorar os métodos de avaliação existentes.

Em resumo, é crucial perceber a abordagem da avaliação baseada em competências como uma oportunidade formativa, capaz de fortalecer a autoaprendizagem e a autorregulação nas práticas pedagógicas e nos alunos. Isso promove responsabilidade, pensamento crítico e autocrítico por parte dos alunos, contribuindo para a melhoria contínua de seus processos de aprendizado. Essa perspectiva também destaca a necessidade de transformar as práticas e a cultura da avaliação tanto no ensino superior quanto nas escolas, direcionando-as para uma abordagem mais formativa, garantindo o aprendizado em vez de se concentrar apenas

em aspectos instrumentais. É importante reconhecer que essa pesquisa possui limitações, incluindo o período de desenvolvimento, a duração da coleta de dados e a amostra de respondentes. Acredita-se que um período mais longo permitiria ampliar a pesquisa, gerando conclusões mais abrangentes. Para futuras investigações, sugere-se a exploração dos atuais processos de avaliação em ambientes de ensino remoto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDURA, Alberto. Promoção da saúde por meios cognitivos sociais. **Educação e comportamento em saúde**, v. 31, n. 2, pág. 143-164, 2004.

BRUCE, Catherine D.; ROSS, John A. A model for increasing reform implementation and teacher efficacy: Teacher peer coaching in grades 3 and 6 mathematics. **Canadian Journal of Education/Revue canadienne de l'éducation**, p. 346-370, 2008.

COSTA, Elis Regina da; ASSIS, Maria Paulina de. Crenças de autoeficácia na educação: revisão sistemática do período 2007-2017. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 4, p. 1909-1929, 2019.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana; LICHTENSTEIN, Diana Myriam. **Psicogênese da língua escrita**. Artes Médicas, 1986.

FERREIRO, E.(2018). *Com todas as letras*. 12. ed. São Paulo: Cortez.

GIL, A.C. (2018). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

TARDIFF, Jil C. DERANEK, Andrea E.; KLASS, Matthew M.; Indo além de respostas simples para distúrbios complexos em cardiomiopatias sarcoméricas: o papel dos sistemas integrados. **Pflügers Archiv-European Journal of Physiology**, v. 471, p. 661-671, 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário. **Entre a literatura e o ensino: a formação do leitor**. 2018.

NÓVOA, A. (2018). **Os professores e o “novo” espaço público da educação**. In: TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais*. Tradução: Lucy Magalhães. 3. Ed. Petrópolis: Vozes.

PLANA, Q., CARPENTIER, J., TARDIF, F., PAULÉAT, A., GADBOIS, A., LESSARD, P., & VANROLLEGHEM, P. A. (2018). **Grit particle characterization: influence of**

sample pretreatment and sieving method. *Water Science and Technology*, 78(6), 1400-1406.

ROTTER, Julian B. Expectativas generalizadas para controle interno versus controle externo de reforço. *Monografias psicológicas: Gerais e aplicadas*, v. 80, n. 1, pág. 1, 1966.

SOARES, Magda. *Letramento-um tema em três gêneros*. Autêntica, 2018.

SOARES, M. (2018). *Linguagem e escola – Uma perspectiva social*. São Paulo: Ática.